



# Sistematização das discussões do Curso sobre Educação Popular em Direitos Humanos



No contexto da organização e preparação da participação no Fórum Mundial de Direitos Humanos, diversas organizações e movimentos sociais no campo da luta social por direitos humanos se articularam e compuseram o Comitê Estadual dos Direitos Humanos de São Paulo, para construir propostas e refletirem durante o Fórum, que foi realizado de 10 a 13 de dezembro de 2013, em Brasília.

Após quatro meses de reflexão, essas entidades e movimentos sociais avaliaram a necessidade de lançar a campanha “Promova Consciência com Educação em Direitos Humanos”. A campanha foi apresentada e discutida no contexto do Fórum, e, como encaminhamento, os participantes apontaram a necessidade de incluir que essa educação é socialmente referenciada e tem opção pública e popular.

Nesse sentido, a campanha ficou intitulada como “Promova Consciência com Educação Popular em Direitos Humanos”, para demarcar a defesa de um projeto popular de educação em direitos humanos que assegure a concepção de homem/mulher como sujeitos históricos, que problematize a história das lutas sociais, afirme valores e princípios humanizadores – democracia de base, participação ativa, liberdade, dignidade e respeito à diferença como parte da vida social – e aponte, sobretudo, para a necessidade histórica da construção de um projeto de sociedade sem exploração e sem opressão.

Assim, o Instituto Paulo Freire, por meio do Projeto MOVA-Brasil, oferecerá o curso de formação “Educação Popular em Direitos Humanos” para as equipes dos polos do Projeto.

Os encontros foram realizados no período de 22 de julho a 16 de setembro de 2014. Totalizando 20 horas por meio do *chat* existente no ambiente da EaD e 10 horas para a elaboração das ações de



intervenção para desenvolvimento no Projeto MOVA-Brasil. Participaram, ao todo, 29 pessoas das equipes coordenadoras dos polos.

O objetivo do curso de formação Educação Popular em Direitos Humanos é o de intensificar os conhecimentos sobre educação popular em direitos humanos, para que se consolide como uma práxis político-cultural e pedagógica e se estimule a formulação de propostas promotoras da justiça social, cultural e econômica no cotidiano da vida social e no Projeto MOVA-Brasil. Os participantes serão desafiados a elaborarem projeto de intervenção/ação multiplicadora, para ser desenvolvido no Projeto MOVA-Brasil.

## 1º Encontro

**Tema:** Educação Emancipadora e Educação Popular em Direitos Humanos

**Objetivo:** Conhecer o grupo, apresentar a proposta de formação e refletir sobre a Concepção de Educação Popular em Direitos Humanos.

No dia 22 de julho, iniciou-se o curso de Educação Popular em Direitos Humanos, com a participação de 15 participantes do Projeto MOVA-Brasil, entre coordenadores de polos, assistentes pedagógicos, auxiliares administrativos e equipe da coordenação pedagógica nacional. A primeira atividade foi a apresentação das expectativas dos participantes sobre o formato do curso e a concepção de educação popular e educação popular em direitos humanos:

- Aproveitar ao máximo, para ajudar outros companheiros(as) dessa etapa;
- As expectativas são as melhores possíveis, principalmente porque, além de aprender um pouco mais sobre a temática, que é tão rica, teremos a oportunidade de repassar para os demais integrantes da equipe e também coordenadores e monitores;
- Aprofundar a minha compreensão com relação à temática dos direitos humanos;
- Aprender e repassar o pouco que sei, pois sou militante do movimento de mulheres e LGBT, temática esta tão fundamental quando falamos em educação contextualizada;
- Minhas expectativas são de aprimorar meus conhecimentos na área.

Algumas reflexões durante a formação:

### O que é uma educação libertadora?

No Projeto MOVA-Brasil, a educação libertadora passa pelo trabalho com base nas histórias de vidas. Ao ler o mundo dentro das comunidades, estamos emancipando o educando, o monitor, o



coordenador e a gente mesmo... emancipar em Educação Popular com base nos direitos humanos é conscientizar em relação à sua própria condição: preto, pobre, preso, com necessidades especiais, mas, ainda assim, igual. É importante localizar os sujeitos da educação emancipadora e popular, pois a educação não está dissociada de um projeto ou modelo de sociedade.

Uma educação, para ser emancipadora, essencialmente, precisa ser uma educação popular. Emancipar é tornar capaz, e a educação popular trabalha com princípios que contribuem para a valorização da vida, o respeito ao outro e a organização da sociedade para a garantia de direitos.

Penso que a educação emancipadora é o fundamento da educação popular em direitos humanos, tendo em vista que o seu objetivo é assegurar a participação ativa das pessoas no processo educativo, nos diferentes espaços da vida social. Desse modo, são complementares e não se confundem.

A educação emancipadora possibilita um ensino crítico, criativo e comprometido com a transformação da realidade social.

Só é possível uma educação emancipadora por meio da educação popular, pois a educação popular se pauta nos princípios da ética – promovendo respeito ao ser humano, político – promovendo transformação social –, e o princípio educativo: valorizando a construção coletiva do conhecimento.

O fundamental nessa discussão é perceber que a emancipação perpassa o desenvolvimento da consciência crítica do indivíduo sobre a sua realidade, e a Leitura do mundo é fundamental para estabelecer esse processo!

Os aspectos apresentados foram trabalhados por todos nós nos PEPPs.

Sim, é importante também lembrarmos que a educação emancipadora só se materializa por meio da luta popular. O conceito de educação popular também é isso.

O processo de educação e tomada de consciência também se faz fora da sala de aula, também no enfrentamento concreto com a realidade e as suas mazelas.

### **A contribuição da metodologia freiriana**

A Leitura do Mundo é uma das formas de contribuir para a emancipação.

As mobilizações e manifestações são práticas, formas de se educar... porque, por meio delas, entendemos a realidade.

É necessária a tomada de consciência, ou seja, CONCEBER, ANALISAR E AGIR para a transformação da realidade conhecida, para que seja possível intervir. Por isso, a necessidade de não se limitar aos



muros das escolas. A importância da participação de forma que a pessoa sinta-se atuante e sujeito; é necessário o pertencimento e a inserção desse indivíduo, tornando-o parte desse processo e não apenas espectador!

É preciso compreender o acesso à educação também como um direito humano essencial à inserção, integração e inclusão das pessoas.

A metodologia freiriana é essencial na consolidação desse processo. Tal processo é lento, pois exige quebra de preconceitos. Essa tarefa é a mais difícil no campo da educação popular em direitos humanos. Conseguimos ter um discurso progressista e uma prática conservadora. Paulo Freire, em *Pedagogia da autonomia*, falava da reificação da palavra pelo exemplo.

Muitas vezes o discurso da participação social toma caminhos contrários às propostas de fato emancipadoras, e criamos sujeitos com diálogos distorcidos.

A emancipação do sujeito ocorre quando sua ação consciente o faz ler e intervir no mundo.

Retomando a questão levantada pelo exemplo dado por Francisca Pini, sabemos que todo esse processo de tomada de consciência e de transformação é lento. Também dizia Paulo Freire, "mudar é difícil, mas é possível".

Requer cautela, precisão e libertação de nossos próprios dogmas e preceitos que às vezes deixamos correr solto sem nem percebemos.

A nossa causa é a nossa direção política-pedagógica, ou seja, uma sociedade sem desigualdade de classe social, sem opressão e com igualdade de gênero, etnia; as diferenças são reconhecidas e não inferiorizadas. Por isso, luta pela igualdade na diversidade.

Sendo assim, estamos todos os sujeitos da educação popular (em direitos humanos) em permanente/contínuo processo formativo... preparando-nos para nos embasar em outras referências formadoras de opinião diferente das que tivemos. Lutamos pela igualdade na diversidade.

A educação popular não entende apenas a escola como a grande referência de formação.

A relação educação emancipadora e popular, na metodologia freiriana, desperta essa luta, porque faz com que os sujeitos se reconheçam como cidadãos.

A educação popular está pautada no princípio de que a educação pode e deve ocorrer em todos os espaços.

Como vocês se veem nesse processo? Quais dificuldades enfrentam no processo de concretização de uma educação de fato emancipadora?

Com grande responsabilidade, lembro que Rodrigo perguntou até que ponto estou, enquanto



assistente pedagógico, emancipando, libertando e conscientizando sobre os direitos de modo que meu discurso não se torne alienante.

Quanto às dificuldades, lembro-me também da fala de Fran Pini numa de nossas formações aqui no polo: quebrar estigmas, dogmas de uma educação tradicional.

As dificuldades são muitas, principalmente pela cultura da educação tradicional vista como uma educação que se ensina e se aprende.

Primeira questão: a educação sozinha não promove as mudanças sociais que almejamos. Enfrentamos resistências dentro e fora, pois a tomada de consciência é lenta. Muitos, em processo de formação, resistem em experimentar a mudança do que está culturalmente estabelecido. E temos o sistema, as resistências externas, pois a educação popular é também uma educação de classe e, como sabemos, não interessa a todos. É um processo de disputa que continua para além do espaço de formação da sala de aula...

O desafio é trabalhar todos os dias a nossa concepção de educação emancipadora com base nos direitos humanos no cotidiano da vida social.

Deparamo-nos, muitas vezes, com pessoas de comunidades que tem medo de falar, porque não imaginam os grandiosos valores dos seus saberes.

Vejo o projeto como uma afirmação de resistência. Colocar em prática a metodologia freiriana todos os dias, fazer valer essa prática todos os dias nas salas de aula, é uma forma de resistir sempre em meio ao modo de educação conservadora imposta pelo sistema.

"E aprendi que se depende sempre de tanta, muita, diferente gente. Toda pessoa sempre é as marcas das lições diárias de outras tantas pessoas. E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá. E é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar [...]" (GONZAGUINHA, 2005).

Aqui no Maranhão, temos experiências de comunidades em que a maioria das pessoas é analfabeta, e nunca havia existido *qualquer* programa ou projeto de alfabetização. Então, trazer o MOVA para essas pessoas é algo extremamente significativo.

A luta pela concretização de uma educação emancipadora exige uma tomada de consciência da realidade em que estamos inseridos, exige pensar as possibilidades de transformação.

A cultura tradicional da educação como um empecilho para a materialização da educação em Paulo Freire, quando a gente fala nas possibilidades de transformação, geralmente, a gente pensa o outro, o coletivo, e eu fico cá pensando... como nós, enquanto indivíduos, nas nossas subjetividades também nos modificamos a cada dia, especialmente dimensionando o processo



formativo que vivemos quando nos inserimos em práticas de educação popular, nas salas do MOVA, nas organizações de bases, nos movimentos sociais etc.

Porém, quando encontramos com a dialogicidades dos educandos(as) em busca desta consciência, mobilizando-se, intervindo, nos faz valer o nosso trabalho.

Na nossa individualidade nos percebemos heterogêneos. Saber respeitar e conviver na diversidade respeitando as particularidades e especificidades se faz numa relação baseada no diálogo.

O trecho do texto é interessante, Simone. É isso mesmo, devemos ter sempre em mente que, o analfabetismo é um problema social, portanto, é uma questão de negação de direitos.

Eu gostei da participação. Conseguimos abordar conceitos e desafios para a construção da educação libertadora em direitos humanos. As perguntas foram essenciais para assegurar o fio condutor da reflexão.

## 2º Encontro

**Tema:** Direitos Humanos versus Violência

**Objetivo:** Compreender as diversas formas de violência, as formas de enfrentamento a essa grave questão.

Em 15 de agosto de 2014 foi realizado o 2º Encontro de Formação do Curso de Educação Popular e Direitos Humanos com a temática dos direitos humanos e a violência, pela plataforma *moodle*. Houve a participação das equipes de coordenação dos polos do Projeto MOVA-Brasil, educadores do IPF-SP, equipe da coordenação pedagógica nacional e a participação da Giovanna, da Assessoria da Qualidade do Atendimento da Defensoria Pública, que também participa de um Grupo de Trabalho de Educação em Direitos.

Foram relatadas informações sobre os tipos de violência que estão mais presentes nos estados onde atuam e sobre os grupos que sofrem mais violências:

- Violência de Gênero
- O Patriarcado “inscrito” na sociedade ainda faz com que a mulher sofra diversos tipos de violência

Mulheres e educandas deixam de estudar e trabalhar por causa dos maridos

- Exploração infanto-juvenil
- Violência de gênero
- Além de gênero a violência racial também é muito forte sobretudo de jovens na sua maioria



negra de 15 a 19 anos, pobre que vivem nas periferias

Sobre violência contra a mulher, o Brasil está no 7º lugar no ranking mundial, onde mais se matam mulheres.

Um dos coordenadores relatou que na Bahia, principalmente na capital e região metropolitana de Salvador há praticamente uma política de genocídio da população jovem e negra onde o estado utilizava a guerra do tráfico como justificativa!

Após o levantamento das diferentes violências, houve o estudo do texto de Evelina Dagnino no qual são apresentados os três projetos em disputa: O Projeto Autoritário, O Projeto Democrático-participativo e o Projeto Neoliberal.

Em relação ao **Projeto Autoritário**, está adormecido. Evelina reflete que apesar disso: "De acordo com o Latinbarometro – 2003, mais da metade da população da América Latina estaria disposta a apoiar este regime se atendesse as suas necessidades econômicas". Ela é criticada "moralmente". A ideia do "Gigante Acordou" vem desta premissa. Os autores sustentam que historicamente os projetos autoritário e neoliberal reproduzem valores que sustentam a violência como uma prática social cada vez mais presente na sociedade.

No **Projeto Autoritário** a relação entre Estado e Sociedade é vertical, baseada no clientelismo, repressão. Destacamos ainda que os autores apontam que os projetos políticos refletem na sociedade civil que têm um caráter heterogêneo. Segundo Evelina: "o Estado se reserva à distribuição seletiva da renda e legitima-se como eixo articulador de ações condescendentes à justiça social".

"A sociedade é vista, antes de mais nada, como grupos beneficiários, clientes e peticionários, todos eles dispersos e desarticulados entre si. As instâncias de participação, se existem, se restringem a consultas formais, espetáculos legitimadores, sem substância."

O **Projeto Neoliberal** é marcado pela redução das ações do estado nas políticas sociais, pois é preciso ajustar a economia para a expansão do grande capital. Ele se expressa pela privatização do serviço público, flexibilização dos direitos trabalhistas, a transferência da responsabilidade do estado para o setor privado. Para Evelina: "O projeto neoliberal também incorpora a noção de cidadania, redefinindo-a de acordo com seus princípios orientadores. O cerne dessa redefinição é a diluição precisamente daquilo que constitui o núcleo da concepção de cidadania, a ideia de direitos universais."

Essa diluição pode ser observada em várias dimensões da implementação do projeto neoliberal. É



uma política de anulação generalizada de direitos.

O **Projeto Democrático-participativo** se estrutura na concepção da radicalização da democracia.

Podemos fortalecer os princípios da participação ativa e do controle social para o aprofundamento da Democracia, por meio do debate nas bases, pela ampliação dos espaços públicos de participação popular e fortalecendo os espaços já existentes. É muito importante refletirmos como participar de forma permanente dos espaços que tem incidência nas políticas sociais.

Em 2009, a Política de Assistência Social realizou conferências que tinham como foco a participação popular. Pasmem, o que menos tinha nas conferências municipais, estaduais e nacional era povo. Os delegados e delegadas eram majoritariamente técnicos e representantes da administração pública.

O modelo de instâncias de controle social, principalmente, em municípios de pequeno porte é deficitário, pois o próprio modelo educacional que temos não instiga um processo de construção coletiva e participativa.

Acredito que o exercício pleno da cidadania é um desafio tanto no campo governamental, quanto da sociedade civil. Daí comungo com a ideia de Raichelis quando diz que as principais dificuldades na esfera governamental estão na resistência para que as definições das políticas públicas sejam abertas à participação e o controle social, é claro que não podemos negar o avanço que tivemos nesses 10 anos.

Dentro desse espaço de controle social, como exemplo os conselhos, a sociedade civil “traí os interesse dela mesma com as manobras que existem no processo de representação”. Por isso que a noção de cidadania, no projeto democrático-participativo pressupõe o engajamento efetivo das pessoas nas decisões. Tomar parte e ter parte nos processos decisórios são princípios dessa radicalização democrática. Por isso, que o processo de alfabetização construída por Paulo Freire em diálogo com o povo é transformadora, pois ela trabalha o protagonismo dos sujeitos.

Numa perspectiva histórica, o desenvolvimento da democracia participativa no Brasil ainda é incipiente, houve alguns avanços na garantia de espaços públicos consultivos e deliberativos, porém, grande parte da sociedade ainda não está empoderada para participar de forma consciente nesses espaços. Neste sentido, a educação é um elemento fundamental para fortalecer este processo na formação cidadã desses sujeitos.

Dialogar sobre participação com seu vizinho, não é feito no dia a dia, ou feito de uma forma superficial.



### 3º Encontro

**Tema:** Constituição Federal e Declaração dos Direitos Humanos

**Objetivo:** Conhecer os processos históricos dos Direitos Humanos e compreender como a sociedade humana foi incorporando às lutas por direitos políticos, civis, econômicos, sociais, e culturais.

#### 1. As gerações dos Direitos Humanos

A concepção de direitos humanos sofreu influência da revolução francesa e a partir daí foram formulados os direitos civis e políticos que se constituem em direito a vida, a liberdade, a propriedade e igual formal de todos os homens.

Hoje estamos na terceira geração com os direitos difusos.

##### 1ª Geração

Direitos humanos de primeira geração: 1787 – Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição dos Estados Unidos da América – Garantia dos Direitos civis e políticos contra o Estado Absolutista. Na primeira geração, houve grandes mobilizações da sociedade contra o poder do Estado.

Alguns estudiosos denominam essa geração de negatividade porque a ideia era se contrapor a atuação do Estado e o objetivo era reduzir, negar essa atuação. A partir da crítica ao Estado Absolutista, na 1ª geração que se desenvolve a burguesia, classe social de referência para a 2ª geração. A burguesia é a adepta e responsável pela constituição do estado liberal.

##### 2ª Geração

Na segunda geração: 1791 – Constituições francesas liberais (Até 1973) – Garantia dos direitos econômicos, culturais e sociais – Trabalho, saúde, educação, cultura etc.

No século 19, como legado do socialismo e da teoria histórico-crítica, a luta dos trabalhadores conquistou, os direitos econômicos, culturais e sociais, chamados de “a segunda geração dos direitos”. No processo histórico com a Revolução Industrial e o desenvolvimento do capitalismo as demandas pelos DH se aprofundaram a partir do aumento da exploração sobre os trabalhadores.

##### 3ª Geração

A terceira geração: 1948 – Solidariedade e fraternidade – direito à paz, à autodeterminação dos



povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente e qualidade de vida, bem como o direito à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural e o direito de comunicação - Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A terceira geração é a que tem como marco fundamental a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A 3ª geração de direitos é criada após o fim da II Guerra Mundial, período no qual se cria a ONU e se promulga a Declaração dos Direitos Humanos com o objetivo de proteger a humanidade contar crimes de guerra, a exemplo da bomba de Hiroshima de 6 de agosto de 1945.

**Há autores que falam em cinco gerações dos direitos humanos. As outras duas teriam como foco:**

**Direitos humanos de quarta geração:** Universalização de direitos fundamentais já existentes, como os direitos à democracia direta, à informação e ao pluralismo etc. Aqui se incluem: direitos contra a manipulação genética, direito de morrer com dignidade e direito à mudança de sexo.

**Direitos humanos de quinta geração:** a honra, a imagem, enfim, os “direitos virtuais” que ressaltam o princípio da dignidade da pessoa humana. Numa sociedade onde os meios de comunicação desempenham um papel fundamental na vida das pessoas.

Interessante perceber como esses direitos se desenvolvem a partir de demandas históricas desde a 1ª geração. Outro aspecto importante é percebermos o papel das organizações, movimentos sociais e sindicais na construção desses direitos. Sem a pressão das diferentes organizações sociais nada teria ocorrido desde a primeira geração.

## **2. Contexto e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos**

Quais artigos ou aspectos da Declaração dos Direitos Humanos que tenham mais relação com o nosso trabalho no MOVA-Brasil?

Artigo XXVI - Todo ser humano tem direito à instrução.

Pensando neste artigo é importante destacar o papel do MOVA na educação em prisões, e isto se relaciona com a Declaração Universal. Atuávamos nesses espaços mesmo antes da aprovação das Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais. Quando pensamos no público atendido nesses espaços vamos perceber a relação de classe social – com a violação do direito humano – acesso à educação. Essa é uma questão fundamental entre nós, pois há muita gente que ainda diz: "Direitos Humanos só pra bandidos".

**O artigo XXVII - Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da**



**comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.**

Porque é resumidamente isto que o MOVA se propõe: inserir o educando na sua própria história de forma ativa, até mesmo para reconhecermos os valores dos saberes e das manifestações culturais das comunidades onde atuamos. Através do conhecimento, dá oportunidade de o educando emergir, tirando-o desta condição de vida subalterna.

**Artigo VI I- todos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação.**

Há muita questão relacionada à religião, por exemplo. Quando falamos em Direitos e igualdade hoje temos várias distorções, a exemplo dos casos de justicamento que temos visto ocorrer com tamanha violência e apoio de parte da sociedade e da mídia.

As profissionais do sexo, no polo Rio Grande do Norte, por exemplo, não querem que ninguém saiba quem elas são com medo da discriminação. Nesta turma tem profissionais do sexo de mulheres e de homens, homossexuais e quando o MOVA resolve atender essas populações esta dando mais um passo no alargamento dos Direitos Humanos. Na educação, quando não reconhecemos as diferenças dos grupos (orientação sexual, cor/raça, idade,...) estamos discriminando. Só que o discurso hegemônico afirma a igualdade como direito e isso é muito mal interpretado pela sociedade. Este debate da igualdade é importante para que possamos pensar o que significa igualdade na perspectiva dos Direitos Humanos. Que não se faz sem equiparação, reparação.

**Artigo XXIII - Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.**

Esse artigo nos remete à 2ª geração e nos faz pensar como tem sido cada vez mais degradante a exploração dos direitos humanos no mundo do trabalho com o avanço da globalização e sistema capitalista.

**3. Como podemos utilizar o texto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no processo de alfabetização do Projeto MOVA-Brasil?**

**a.** Fazendo a leitura coletiva dos artigos, principalmente aqueles que têm ligação com as questões que envolvem o Projeto e as ações de mobilização e intervenção social das turmas que precisam ser vistas sob a ótica da garantia dos direitos humanos: o próprio acesso à educação, mas também,



à segurança, à água potável, ao saneamento básico - temas geradores que articulam ações de mobilização.

**b.** A garantia dos Direitos Humanos dialogam diretamente na garantia da implementação das Políticas Públicas, com isso, o MOVA tem um papel fundamental de garantir a reflexão da Declaração de acordo com a realidade dos educandos no processo de alfabetização. Com isso, a Declaração deve ser um recurso fundamental para o aprofundamento dos Temas Geradores e Subtemas das turmas.

**c.** Podemos ler a Declaração na íntegra e fazer uma seleção, junto com os educandos, sobre os artigos que tem uma relação mais direta com a realidade que eles vivem e a partir daí, fazermos um debate sobre essas realidades e os artigos.

**d.** A leitura e compreensão da declaração pelos educandos pode ser um recurso importante para a problematização sobre a realidade concreta e na identificação das situações significativas no processo da Leitura do Mundo nas turmas.

**e.** Agora estão acontecendo os debates nas salas dos encontros de educandos. Ainda temos os regionais e estaduais. Este é o tema destes encontros neste ano. Temos que deixar algo melhor elaborado e mais propositivo para os próximos, fruto deste debate.

**f.** Acho que o texto é um ótimo recurso e através dele podemos alargar ainda mais o entendimento do ser humano como um ser de direitos. Pode ser usado a partir de diversos enfoques, no caso do Português, pode-se fazer uma leitura interpretativa, e na medida em que a reflexão aconteça, o texto pode ir sendo enxugado, para que os educandos compreendam também a dimensão de direitos sociais, civis, políticos fazendo um paralelo com a sua realidade.

## 4º Encontro

**Tema:** Atuação dos movimentos sociais no campo dos Direitos Humanos

**Objetivo:** Refletir a atuação dos movimentos sociais na promoção da Educação em Direitos Humanos.

1. Gênero/Etnia
2. Orientação Sexual
3. População em Situação de Rua
4. Movimento Negro



1. O caderno de formação "Diversidade como direito humano" inicia fazendo um resgate histórico sobre a Constituição de 1988 como marco importante das lutas e reivindicações coletivas.

"A expressão acerca do respeito e da valorização da diversidade tomou corpo e pode ser ouvida em muitos contextos a partir da emergência das lutas de muitos movimentos que reivindicam políticas identitárias (movimento negro, indígena, quilombola, de mulheres, de pessoas com deficiência, gays, lésbicas, transexuais, dentre outros). Mas, de fato, é necessário que perguntemos, para além da celebração do multiculturalismo, das belezas e das cores que as variadas culturas imprimem ao nosso planeta, do slogan de "educação inclusiva", qual o espaço político ocupado por esses grupos na efetivação de seus direitos". Um movimento nacional e internacional em torno da diversidade... E o que temos de avanço efetivo nessa questão junto às lutas dos movimentos sociais?

A contribuição do movimento social é essencial para problematizar tantos direitos negados, especialmente com tanta diversidade que temos. O discurso da inclusão é antigo. Mas o tratamento e a cultura são socialmente bem diferenciados. A contribuição dos movimentos impactam mais do que a lei propriamente dita, uma vez que nem sempre são cumpridas de forma efetiva. Então, temos nas questões de gênero a diferenciação de sexo, na questão étnica o preconceito e discriminação que é um obstáculo para a inclusão. O importante é percebermos quais as questões que foram colocadas na pauta da sociedade, a partir da organização política e coletiva dos grupos sociais que compõe essa diversidade e quais avanços tivemos desde então. Podemos citar, por exemplo, a luta das mulheres, que ao longo da história disputa espaço na sociedade que tem uma estrutura patriarcal.

Mas em termos de marcos legais o Brasil tem avançado, temos, por exemplo, um programa "Brasil sem Homofobia" com promoções dos direitos de homossexuais que abrange educação, saúde, direito, trabalho etc. Vale ressaltar que a inclusão da diversidade na pauta dos movimentos sociais no Brasil foi uma construção histórica, levando em conta as concepções que norteiam as lutas. Neste sentido, muitos movimentos avançaram no sentido de considerar as especificidades de alguns grupos sociais, indo além da concepção da luta de classes, que supervalorizava as questões de classe em detrimento das especificidades culturais, de gênero, de cor, dentre outras. Acumulamos além da luta de classes, as lutas identitárias.

O marco nos indaga sobre como é possível transformar a estrutura homogeneizadora dos sistemas educacionais, vejo isso como fundamental importância para avançarmos. Os movimentos, de alguma maneira, se solidarizaram no país... E esse debate precisa ser feito: as populações excluídas



economicamente são as mais afetadas em termos de espaço social conquistado (negros(as), indígenas, mulheres ...), pois tem grande poder para influenciar a sociedade, sendo que nem todos tem este olhar mais crítico. A maioria das escolas tem uma estrutura de ensino, um currículo montado em formato de grade e disciplinas que nem sempre abrangem a complexidade das questões de Direitos Humanos e as temáticas de interesse social. Nesse sentido, a partir da constituição de 1988, o Brasil avançou na elaboração de políticas públicas que atendam essa diversidade. Temos a Lei 10.639 e 11.645 que trata da questão da África, cultura afro-brasileira e africana.

No livro *Pedagogia da autonomia*, de Paulo Freire diz: “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação”. Guacira Louro também diz: “a escola é sem dúvida, um dos mais difíceis para alguém que “se assuma sua condição de homossexual ou bissexual etc., a escola nega ignora”.

A luta hoje, por exemplo, de implementação da educação para a diversidade nos currículos escolares têm sofrido muita resistência por parte de grupos conservadores ligados a algumas correntes religiosas, principalmente no que tange à sexualidade.

## **2. Que contribuição a educação em direitos humanos possibilita fortalecer esse movimento?**

Contribui para alertar a sociedade, que precisamos respeitar as diferenças.

Só após a ampliação do debate, que começa em Universidades, e é incorporados por governos, é que tivemos um aumento do reconhecimento do pertencimento de muitas pessoas da sua cor – negro/preto. É preciso levar a discussão para as bases, informar aos desinformados para que possam cobrar seus direitos nos espaços públicos.

Os avanços podem ser fortalecidos também quando os movimentos sociais assumam as contradições internas no que tange à diversidade, que evidência a distância entre a prática e teoria. Temos percebido como é desafiador realizar a inclusão e o reconhecimento das especificidades e diversidades.

## **3. Qual é o papel do MOVA-Brasil nesse sentido?**

Tratar dos direitos desse público, alfabetizando. É desafiador, porque falta a atuação do poder público; garantir de fato os direitos previstos, por isso há dificuldade.

No Polo Ceará temos uma turma LGBT em Paracuru.

De modo geral, sabemos que informação é poder. Nosso desafio é formar, preparar as pessoas



para que elas desenvolvam a capacidade de organização coletiva e engajamento nessas causas.

No MOVA, o trabalho a partir das Histórias de Vida é fundamental. É uma grande oportunidade para cada educando de fazer e refazer um autorretrato e ressignificar-se enquanto sujeito. Trabalhar com a nossa metodologia, possibilita o reconhecimento do ser humano pensando num contexto social. A realidade concreta e a formação possibilita o empoderamento, a elevação da autoestima e a emancipação.

É importante que esses os(as) educandos(as) se vejam enquanto sujeitos. E mais, sujeitos da diferença, no sentido de conseguirem se ver enquanto diferentes.

No Polo Minas Gerais uma educadora de comunidade Quilombola indagou: “como vamos mobilizar este povo, cobrar as coisas, se aqui somos tão esquecidos!!!” De alguma forma, nossos(as) colaboradores(as) representam essa esperança, pois eles(as) levam informações, falam de direitos, de emancipação, transformação. A dimensão da utopia e a reconstrução dos sonhos não pode estar ausente num processo de formação humana, sabendo quem são os sujeitos com os quais trabalhamos, os invisibilizados socialmente.

Temos que saber para onde direcionar nossas pautas e quem poderá contribuir para saná-las. Sem esquecer de uma questão intrínseca ao Projeto que é a articulação com as políticas públicas.

**4.** Vimos com os temas dos Encontros de Educandos e Educandas que a maioria dos polos vai tratar do debate sobre educação em direitos humanos e temos materiais do Projeto que tratam da questão da diversidade: Caderno de Formação, o próprio Marco Referencial. Como vocês têm trabalhado essa questão, na orientação aos/as colaboradores/as?

No polo Minas Gerais, temos incentivado o uso do material, inclusive do Almanaque. A participação na mobilização para o Plebiscito e o Grito dos Excluídos. O Almanaque traz essa questão da diversidade bastante central. A presença das diferentes linguagens é um avanço na educação. As danças e folguedos populares... Nesse sentido, temos muito a contribuir com uma "outra educação possível" e está previsto, inclusive, na Declaração Universal da Diversidade Cultural. Nesses tempos de globalização, é fundamental e necessário trazer a perspectiva das identidades, da memória.

Uma ação de respeito de inclusão bem legal que temos no Projeto é o reconhecimento do nome social. Temos vários educandos que construíram uma identidade social a partir do reconhecimento da sua sexualidade. E tem educandos(as) e monitores(as) que descobriram no Projeto a possibilidade do nome social. No MOVA querem ser chamados pelo nome social, e nós



respeitamos. Isso muda a postura da pessoa na turma, pois se sente integrado e respeitado.

No Polo Maranhão, a questão do gênero e etnia foi a primeira especificidade que encaramos no estado e temos dado muita atenção a esse debate. Durante as formações semanais temos discutido essas questões de opressão e de busca pela autonomia econômica, tem sido uma experiência muito valorosa. Trabalhamos com os Almanques e a partir da sistematização do perfil e da Leitura do Mundo identificada nas turmas. Este é o caso das quebradeiras de coco que não reconheciam que esta é uma profissão e uma atividade econômica com cadeia produtiva. Uma das questões percebidas é que o extrativismo vegetal, uma das atividades mais fortes no estado são desenvolvidas pelas mulheres, porém, elas não reconhecem essa atividade como fonte de renda, porque não se reconhecem como sujeito produtivo na economia. Desse modo, as monitoras e monitores trabalham esses assuntos nas turmas a partir dos seus temas geradores.

Sem falar no próprio direito a educação que foi negado principalmente as mulheres. Os relatos que ouvimos é que muitas não foram à escola porque tiveram que atuar na agricultura, outras porque os pais diziam que a mulher que fosse estudar estava atrás de namorado, então estudar não era coisa de mulher. O caráter cultural e estruturante da sociedade, que a todo o momento está impedindo a mulher de conquistar a sua autonomia, não é só questão de cultura e sim de opressão patriarcal e capitalista.

Trabalhamos com os Almanques e a partir da sistematização do perfil e da Leitura do Mundo identificada nas turmas. Atendemos quilombos, indígenas, ciganos, população LGBT, privados de liberdade, camponeses, grupos organizados de mulheres. Precisamos nos apropriar mais e mais do debate sobre direitos, para orientar nossos colaboradores a saber intervir, alfabetizando. Esses assuntos nas comunidades, às vezes são delicados, e os nossos educadores precisam demonstrar muita habilidade para abordar o assunto sem se pautar em exemplos, especialmente, vivenciados na comunidade. Só não podemos abrir mão de discuti-los. O caminho é esse. Nos prepararmos cada vez mais para lidar melhor com o assunto.

Vemos uma responsabilidade maior ainda de elaborar uma metodologia no qual as mulheres se sintam acolhidas e envolvidas nesse processo, até para relatar as suas emoções e suas experiências, quem sabe Rodas de Prosas temáticas resgatando e ressignificando as vivências.

**OBSERVAÇÕES DO GRUPO:** Seria interessante um núcleo de estudo de mulheres no MOVA, e se justifica pelo fato de as mulheres serem maioria entre o público atendido no Projeto e há as interfaces: mulher camponesa, quilombola, extrativista, negra na cidade ou no campo.



## 5º Encontro

**Tema:** Diretrizes da Educação em Direitos Humanos

**Objetivo:** Refletir sobre o papel da Educação em Direitos Humanos, por meio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

### **Direitos Humanos em disputa**

Há projetos que disputam os direitos humanos: o cristianismo, o liberalismo e o legado marxista. Em nossa concepção crítico-marxista, que dialoga com a educação crítica os direitos humanos são construções históricas, coletivas da humanidade. E essas construções históricas e coletivas estão vinculadas a um projeto de sociedade e estabelecem parâmetros para novas formas de relacionamentos entre as pessoas. O texto “Fundamentos da Educação em Direitos Humanos” diz também que a questão dos direitos humanos se legitima com o advento do capitalismo. O nosso projeto de direitos humanos diferencia-se dos demais, porque reconhecemos que vivemos em um mundo contraditório em face da relação capital e trabalho. Essa contradição produz desigualdades entre os seres humanos. Entendemos que nesse cenário o que está posto para enfrentarmos o capital e a luta social em todas as dimensões. Por isso que na nossa perspectiva se exige vivenciar a mudança de valores como cooperação, igualdade, justiça, o que significa a mudança de cultura. Podemos romper com o capitalismo, mas precisamos dos direitos humanos para que tenhamos o direito de pensar e agir diferente, desde que não prejudique e desrespeite ao outro. A realidade social é central para compreendermos as disparidades e construirmos novas estratégias de enfrentamento para superar a desigualdade. Essa reflexão fundamental, porque romper com a lógica do sistema capitalista não garante, necessariamente, a superação dessas relações desumanas. Haja vista o que ocorreu na União Soviética, após a Revolução Bolchevique. É importante que nosso projeto de sociedade e de educação sejam construídos a partir de princípios ético-político-pedagógicos e libertadores. Este é um outro eixo das Diretrizes de Direitos Humanos.

### **Educação Popular em Direitos Humanos no Brasil**

É importante lembrar que os referenciais de Paulo Freire são os fundamentos da educação em direitos humanos, mesmo o autor nunca ter citado uma declaração ou tratado internacional em direitos humanos. Se olharmos para a história a discussão chega tardiamente no Brasil, na educação escolar chegou timidamente na década de 1980 e 1990. A educação popular desenvolvida pelos movimentos sociais foi a influência para a educação escolar. A educação escolar



conteudista sempre se preocupou com a quantidade de conteúdos e não com a relação humana, aprendizado político de cidadania. Exemplo é este momento que vivemos. O diferencial em Paulo Freire é sua percepção do ser humano, seu inacabamento e a capacidade de criação inerente ao ser humano, independente de classe social. Isso faz a diferença quando discutimos direitos humanos, tendo Paulo Freire como referência. No Brasil, sempre foi muito forte a separação entre educação escolar e formação da cidadania. Cabendo ao professor ensinar e ao aluno aprender. As discussões políticas e da realidade social ficavam de fora da escola, por isso, a importância dos movimentos sociais para esse aprendizado político. Outra grande contribuição de Freire é afirmar que a educação é impreterivelmente política. Sempre está se educando a favor ou contra um projeto de sociedade. O respeito de Paulo Freire pelas pessoas e o reconhecimento dos diferentes saberes é basilar para atitudes dentro de sala de aula com vistas aos direitos humanos. Ficou claro que houve uma pressão social para ser colocado os direitos humanos como conteúdo a ser apreendido. Desse processo de diálogo é criado o PNEDH e, posteriormente, as diretrizes da educação em direitos humanos. Sem a compreensão de que somos sujeitos históricos não teríamos alcançado as conquistas de colocar na pauta da sociedade, governos, e das escolas, os Direitos Humanos, pois a educação é estratégica para uma sociedade que respeite e pratique os Direitos Humanos. Vivemos em 2014, no Brasil, o momento mais intenso dos direitos humanos, pois as pessoas que não tiveram acesso a esse conhecimento quando passam a ter, percebem que toda a sociedade implicada com um projeto de transformação social é promotora dos direitos humanos. É importante destacar que o reconhecimento dos saberes dos educandos e a incorporação desses saberes na abordagem dos conteúdos educacionais é uma porta de entrada para atitudes aliadas aos direitos humanos.

### **O MOVA e o trabalho na perspectiva da Educação Popular em Direitos Humanos**

Devemos refletir quais têm sido nossas intervenções no trabalho de sala de aula para fazer valer essas diretrizes. Além de reivindicar, protestar e mobilizar, como estão as relações interpessoais. O que fazemos cotidianamente para afirmar os direitos humanos? A nossa luta pela garantia da continuidade dos estudos dos educandos do Projeto faz parte da luta pelos direitos humanos. Contribuir para a continuidade dos estudos dos educandos é um ganho não só individual, do sonho do educando, mas principalmente, traz um ganho coletivo para o campo, pois é grande o número de escolas fechando no campo. Fora as realidades de comunidades em que nem escola existe ainda. O ganho coletivo é importante, pois sabemos que quando a escola chega numa



comunidade no campo ela cumpre a sua função social e passa a ser um espaço vivo, onde a escola está atenta aos interesses da comunidade. Outro ponto fundamental na nossa prática de aula na perspectiva dos direitos humanos é o respeito às necessidades de ler e escrever dos educandos. Devemos garantir toda a discussão política e o processo de aquisição da leitura e da escrita. Ou seja, os nossos educandos devem sair do MOVA-Brasil com novas possibilidades de ler o mundo e alfabetizados. No caso do MOVA-Brasil, uma forma de fazer valer os direitos humanos, além das discussões que já temos feito em sala de aula, é garantir que, por meio dessas discussões, os educandos sejam efetivamente alfabetizados. Por isso, que os conteúdos que trabalhamos nas salas, cada vez mais precisam ser relacionados com suas vidas. Assim, permanecer na sala será um convite diário para descobrir os sentidos dos conteúdos e como eles me auxiliam para agir em relação ao mundo. Nas relações interpessoais temos um ganho com os acordos de convivência nos espaços formativos. Outra questão relevante é a relação educando-educador. Essa relação se constrói a partir do respeito, do diálogo, da construção coletiva. Destacamos que a educação em direitos humanos é permanente, transversal e não cabe em uma única disciplina, ou conteúdo. Nesse sentido, talvez, uma pergunta que devamos nos fazer, após cada atividade desenvolvida em sala de aula, seja: O que os educandos aprenderam sobre os direitos humanos e o que eles aprenderam sobre ler e escrever? Lembrando que, o acesso aos conteúdos universais e/ou sistematizados é tão importante quanto um círculo de cultura e debate na sala de aula, pois é um direito que todo educando tem, ter acesso a esses conteúdos, só que de forma contextualizada. Propomos aqui a escrita de uma frase por dia e ao longo do mês teremos um texto coletivo sobre estas questões. Outras sugestões: educadores(as) com os educandos(as) discutem a questão da violência utilizando os conhecimentos da matemática, pois os dados possibilitam isso, relacionando com ciência e natureza, pois os aspectos sociais e políticos estão expressos e na língua portuguesa com leitura e escrita do próprio. Realizar pesquisa de campo a respeito de um aspecto da violência na comunidade, sistematizando estes dados (aprendizagem no campo da estatística). Utilizar textos do Almanaque e perceber quantas possibilidades ele já nos oferece e a partir desse material vamos avaliar o que precisamos. Por meio da temática do plebiscito dentro da matemática, estudar a composição do congresso nacional.

## 6º Encontro

**Tema:** Atuação dos movimentos sociais no campo dos Direitos Humanos

**Objetivo:** Refletir a atuação dos movimentos sociais na promoção da Educação em Direitos



Humanos.

1. Juventudes
2. Idoso
3. Trabalhador do Campo/via  
Campesina

### **Trabalhador do Campo/via Campesina**

Sabemos que o Brasil carrega desde sua origem as marcas de uma estrutura social que “herdamos” do modelo de poder econômico e educacional de dominação, subserviência e exclusão social instalado desde a colonização do país.

Esta compreensão é importante para que possamos tratar dos segmentos sociais reportados no diálogo de hoje: idosos, jovens e camponeses. A lógica da organização do nosso sistema político, social e econômico sempre primou pela exclusão de parcelas significativas da população.

É importante realizarmos a reflexão sobre como o campo e sua população foi percebida no âmbito do direito e das políticas públicas, até para entendermos como esses segmentos participam da vida política, social, cultural e econômica do Brasil. Temos como exemplo o índice apresentado pela UOL dizendo que por dia oito escolas de zona rural são fechadas. Lamentável, mas infelizmente é crescente o fechamento de escolas no campo, mesmo quando conseguimos avançar no marco legal, temos muitos desafios. As alegações para o fechamento dessas escolas são de que os alunos não se interessam em estudar. A nucleação que antes ocorria do campo para a cidade, hoje continua acontecendo no próprio campo para o campo, ampliando as distâncias e reduzindo as condições e disposição para o ingresso, permanência e aprendizado dos estudantes do campo. Apesar de existir melhorias na condição de vida do campesinato, a realidade do campo ainda é muito precária.

De 1500 até meados do século XX houve grande ausência de uma política direcionada para a educação no meio rural. O Estado não regulamentava os direitos e o atendimento universal aos serviços básicos, ficando o acesso à educação restrito apenas para filhos da oligarquia latifundiária nas iniciativas de escolarização primária no interior das fazendas, sendo os únicos a receberem formação escolar primária em seus domicílios. Debater a educação no meio rural significou romper com o silêncio de décadas de secundarização do campo no plano das políticas públicas. O que a gente observa é que o acesso às políticas públicas no campo sempre ocorreram de forma tardia. A



estrutura social e econômica da época no campo era marcada pela exclusão, tendo como referência a escravidão da população indígena e negra. Conforme Silva (2003)

a escola, no campo, surge tardia e descontinua até as primeiras décadas do século XX. Era destinada a minoria privilegiada. Embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a educação rural não é sequer mencionada nos textos constitucionais de 1825 e 1891, evidenciando o descaso dos dirigentes e matrizes políticas culturais centradas no trabalho escravo, no latifúndio e nas ideias educacionais europeias.

Vende-se a ideia do extremismo entre a cidade e o campo. A cidade como um lugar do desenvolvimento e o campo como o lugar do atraso, do povo ignorante e matuto. Negando assim, a relação de interdependência entre a cidade e o campo, como se a cidade não dependesse do campo e o campo não dependesse da cidade. A luta deve ser por uma educação inclusiva nos planos de governo, entendendo que a exclusão das pessoas do campo também afeta as pessoas da cidade e vice-versa. Neste sentido, o MOVA têm um papel fundamental de mobilizar esta demanda nas comunidades camponesas que atua. E o mapeamento realizado recentemente indica inclusive a ausência de escolas em grande parte das comunidades do campo que atendemos, sendo o caso mais grave o do Polo Maranhão. A ampliação de subsídios no Marco Referencial trará mais elementos para que possamos aprofundar as reflexões nas formações dos educadores do MOVA

### **Juventudes**

A juventude camponesa, em sua maioria, não se reconhece como tal, pois a escola não trabalha as questões próprias do campo. Os jovens saem muito cedo do seu espaço para estudar na cidade e por lá permanecem na esperança de adquirir uma renda, pois o trabalho da roça não é visto por ele como um trabalho digno.

O Marco Referencial do MOVA traz o olhar de documentos oficiais que mostram que o jovem é a pessoa que se encontra entre os 15 e os 29 anos de idade. Porém, sabemos que ser jovem não se resume à faixa etária, mas se trata de um conjunto complexo de fatores que se entrelaçam na constituição das características dessa fase da vida. Outra informação refere-se às inquietações típicas dessa etapa do desenvolvimento humano: muitas são as dúvidas, os conflitos que invadem a cabeça do jovem, provocando uma série de atitudes ora bastante refletidas, ora completamente movidas por impulso, produzindo vários momentos de instabilidade e insegurança.



Segundo o Estatuto da Juventude são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Hoje, cerca de 51 milhões de brasileiros.

Sabemos como os jovens atendidos pelo MOVA também têm sido atendidos por outras políticas públicas de inclusão social?

Segundo o órgão internacional - ONU, o foco nos policiais é "importante para transformar a cultura de violência sob pretexto de segurança nacional", três negros morreram em cada quatro homicídios cometidos no Brasil em 2010. O fundamental é termos a clareza e a disposição de refletirmos sobre a realidade da juventude do Projeto e como estamos lidando com ela no Projeto.

Será que o nosso currículo contempla as aspirações e necessidades dos jovens do campo?

Estamos engatinhando nesse processo. A Educação se faz presente, porém de modo superficial. Só poderemos avançar quando partimos o centro da questão. Quando para além de discutir as políticas públicas, discutirmos também sob o ponto de vista da didática. "Quando mudamos o nosso olhar sobre os educandos, tudo muda, os conteúdos, a didática" (ARROYO).

Na verdade, quando discutimos esses assuntos, percebemos a amplitude e a transversalidade dos Direitos Humanos. Precisamos qualificar melhor estas questões a partir das constatações da Leitura do Mundo que nos dá um primeiro diagnóstico da realidade e dos sujeitos com os quais convivemos por pelo menos nove meses no processo de alfabetização

## **Idoso**

Tratando dos idosos, tem-se algumas questões importantes. Primeiro desmistificar a ideia de incapacidade do idoso. Um exemplo simples, o idoso do campo permanece trabalhando na roça, o idoso não tem essa cultura trabalhista, assim tão forte, até por outras questões.

No MOVA ele é acolhido como sujeito de direito. Mas como a sociedade enxerga o idoso? Os seus direitos estão sendo respeitados?

Temos avançado em alguns aspectos, mas na prática isso nem sempre acontece.

O fato de o MOVA-Brasil orientar o trabalho, por exemplo, com o Estatuto do Idoso, estabelece uma diferença com outros projetos e espaços educacionais e contribui para mudar essa cultura do idoso como incapaz. Na verdade, os instrumentos legais retratam inclusive o papel de proteção desse público.

Como incentivamos a atuação em diversos espaços de debate e formulação de políticas públicas, se o MOVA-Brasil desenvolve uma política educacional que inclui, de forma radical, jovens, adultos e idosos, do campo e da cidade, essa política serve de instrumento de pressão sobre os governos



municipais, estaduais e federal.

As questões relacionadas ao campo são carregadas de complexidade, principalmente, em relação a compreender além das questões geracionais, quando consideramos as várias populações do campo que esses sujeitos estão inseridos. Com isso, ao pensar no jovem do campo temos que qualificá-lo ainda no que se refere se é o jovem ribeirinho, pescador, geraseiro, dentre outras categorias.

No Marco Referencial do Projeto MOVA-Brasil vemos o idoso como um de muita experiência de vida e de saberes a serem compartilhados com outros idosos, com os adultos e, principalmente, com as pessoas mais jovens que constituem as nossas salas de aula, estabelecendo uma relação de colaboração e solidariedade entre as diferentes faixas etárias, com a certeza de que todas têm muito a contribuir com as outras e muito o que aprender entre elas. Temos vários instrumentos legais que amparam o idoso, mas o mais importante é dar visibilidade à negação de direitos e aos crimes aos quais eles são submetidos, pois há uma forte ocultação.

No Brasil, os idosos são mais de 18 milhões segundo o IGBE – 2005. Mais de 10% da população. E a expectativa de vida aumentou nos últimos anos. Hoje, esse número é maior. Um documento nacional, elaborado em 2007, é o Plano Nacional de Ação para Enfrentamento da Violência contra a pessoa idosa. Ele traz várias situações de violências e apresenta estratégias para superá-las. Mas precisa ser atualizado e debatido na sociedade, pois, às vezes, o idoso é tratado como um peso para a família e para o estado. Isto é cruel!

De acordo com Marcelo Neri, a interrupção da queda do analfabetismo, em 2012, pode estar relacionada com a maior expectativa de vida da população brasileira. "É difícil educar as pessoas mais velhas. É um desafio importante. O Brasil tem o 'Brasil Alfabetizado'. Desde o tempo do Mobral, é uma coisa difícil. É mais difícil quando a população pobre, analfabeta, começa a viver mais. Os pobres estão tendo um salto de anos de vida, de expectativa de vida. Antigamente, o analfabeto pobre morria mais cedo. Agora, vive mais. Fica ali pesando na estatística da taxa de analfabetismo", afirmou ele.

O problema não está no nosso modelo ultrapassado excludente. Ou ultrapassado por ser excludente. O problema é que os pobres estão vivendo mais e este debate vem sendo feito por nós no MOVA. Os encontros de educandos tem sido uma grande oportunidade. Às vezes, até monitores acham que eles precisam ser amparados de uma maneira que tira do outro a sua autonomia e independência de que por ser idoso e analfabeto precisa sempre de outras pessoas, servindo-lhes meio que de "muleta".



O resumo do artigo indica que o texto (Os Subterrâneos da Violência e da Tortura nas Periferias e os Movimentos Sociais) explora com base em trabalho político conduzido em periferias de centros urbanos, a atuação de grupos criminosos que torturam e matam indiscriminadamente à margem da lei os pobres e excluídos que aí residem. O texto fala sobre a violência nas regiões periféricas. Organizados através de grupos criminosos e de milícias.

Esses grupos criminosos envolvem policiais desviantes e contam com o beneplácito e o apoio material de facilitadores locais e a omissão dos poderes públicos, criando verdadeiros espaços de impunidade. A população indefesa vive amedrontada, as organizações sociais se sentem impotentes e a realidade permanece oculta em grande medida, formando-se um anteparo à ampliação da cidadania e ao aprofundamento da democracia.

A reflexão sobre o papel dos Movimentos Sociais em Direitos Humanos é muito desafiadora para nós, pois tem deixado uma grande lacuna no sentido de promover a visibilidade e as denúncias a esses crimes.

Daí, a grande questão é: Quem são os soterrados nesta guerra silenciosa cotidiana vivida nas periferias dos grandes centros trazida pelo texto? É só na periferia que existem milícias, grupos criminosos? E no campo? E nas pequenas cidades?

Como dizia uma manchete de um jornal de uma organização de esquerda, referindo-se à ditadura militar: "Seria chover no molhado se o molhado não fosse sangue".

A violência atua na legalidade e na ilegalidade. As milícias e os policiais utilizam da força, da violência e do abuso de poder para oprimir, torturar e violentar e manter o domínio dos territórios em benefício do sistema criminoso que avança cada vez mais. Segundo a ONU, três negros morreram em cada quatro homicídios cometidos no Brasil em 2010. Portanto, o foco nos policiais é "importante para transformar a cultura de violência sob pretexto de segurança nacional". O medo da sociedade, caracterizada pela Lei do Silêncio nas comunidades é a consequência direta quando a sociedade não possui amparo por parte do Estado.

## 7º Encontro

**Tema:** Atuação dos movimentos sociais no campo dos Direitos Humanos

**Objetivo:** Refletir a atuação dos movimentos sociais na promoção da Educação em Direitos Humanos. Movimentos Sociais e Fóruns, no campo da Educação de Jovens e Adultos.

### 1. Rede MOVA



2. Fóruns
3. CNAEJA

**Quais os elementos que constituem o Projeto democrático participativo que irá diferenciá-la da Democracia Representativa?**

O caráter heterogêneo da participação cidadã.

De acordo com os autores, os elementos que constituem o Projeto democrático participativo são: a Participação; a Sociedade Civil; os Espaços Públicos; a Cidadania e a Política.

Como podemos conceituar participação de acordo com o Projeto democrático participativo?

Eles defendem os espaços públicos desde que contenham capacidades decisórias. Ampliação do campo da política e uma maior participação da sociedade e cita a inclusão como um aspecto importante nesse processo. Diz, se possível, a construção de uma nova democracia baseada nos princípios de extensão e generalização do exercício dos direitos.

Temos algum exemplo na nossa realidade de espaços públicos que dialogam com a perspectiva do Projeto democrático participativo?

Sim, com certeza. Mas, ainda a nossa participação nos espaços democráticos participativos são muito frágeis. Não só nossa, mas da sociedade civil como um todo. A formação política dos educadores é um elemento fundamental para o fortalecimento desta participação. Vale a pena trazer ao nosso diálogo Paulo Freire, quando ele destaca sobre a importância do educador oprimido.

Ainda temos uma cultura de desenvolvimento de projetos Sociais no nosso país como dívida social, no qual as organizações assumem o papel do Estado, e o Estado continua se omitindo de suas responsabilidades. Realmente, se os educadores não conhecerem e não optarem por um projeto democrático e participativo, terão dificuldade de entender e fortalecer os espaços de participação política.

Realmente, se os educadores não conhecerem e não optarem por um projeto democrático e participativo, terão dificuldade de entender e fortalecer os espaços de participação política. Com certeza os espaços públicos que dialogam sobre o fortalecimento da EJA como política pública estarão esvaziados. E não podemos esquecer que os Fóruns terminam sendo um espaço de disputa de poder e de projetos.



## **De que forma o Projeto MOVA-Brasil têm participado nesses espaços no sentido de fortalecê-los?**

Em Montes Claros, vamos começar a reunir quem trabalha com EJA, para reativar e fortalecer o fórum de EJA do norte.

A metodologia do MOVA é sempre um destaque dentro das discussões dos fóruns. Acaba sendo uma grande referência para pensar a EJA na esfera pública.

Na Bahia, foi lançado um caderno com a Política Estadual de EJA, que foi discutido no Fórum e que articula a metodologia freiriana. A concepção e a linguagem é praticamente a mesma que já adotamos.

E o nosso processo formativo têm garantido a formação política de nossos educadores motivando-os para participarem dos fóruns ou outros espaços de controle social sobre a EJA?

No Vale do Jequitinhonha, uma coordenadora de EJA demonstrou interesse em participar das formações, pois disse que já ficou sabendo que a metodologia é diferenciada e os alunos têm mais interesse nas aulas. Relatou que quer inserir a metodologia na rede municipal.

Em Minas, foi pensado em fazer um diálogo no dia do encontro de educandos, falando da importância dos fóruns e do interesse de reativar o fórum de EJA do norte. Vamos convidar pessoas aqui do município, que trabalham com EJA. O encontro de educandos é um espaço fundamental para este processo de formação política, além de ser um espaço deliberativo de propostas de mobilização e intervenção sobre a EJA. E o principal é que sabemos dos desafios pós-alfabetização. A continuidade da escolarização é um direito negado frequentemente aos educandos alfabetizados.

Esta é uma constatação em vários lugares em que temos o MOVA, principalmente quando atuamos onde são desenvolvidos outros Projetos. Isto reafirma a coerência do trabalho e a compreensão da proposta pelos educadores que estão mediando o trabalho na base.

Durante a nossa formação, debatemos sobre a Educação de Jovens e Adultos, como ela tem sido desenvolvida no Estado, e a pouca oferta nos municípios, mesmo se tratando de um Estado com alto índice de analfabetismo. Acredito que uma das estratégias para dirimir o desafio de garantir a continuidade dos estudos na EJA é o fortalecimento de nossa participação nos fóruns, conselhos municipais de educação, dentre outros. A construção de uma agenda política seria um desafio.

O Projeto tem uma agenda política clara para garantir um debate qualitativo no Encontro da Rede MOVA?

Para contextualizar, o tema do Encontro será: Dez anos da Rede MOVA-Brasil – O MOVA como



política pública de EJA”.

Na verdade, a construção do Plano de Educação Municipal é o primeiro espaço que precisamos pautar a EJA.

Como podemos garantir a construção de uma agenda política mais clara até o Encontro? Quais serão as nossas principais bandeiras de luta para nortear a nossa participação?

EJA no/do campo, transporte para educandos, lanche, metodologia MOVA nas redes de ensino, diminuir o número de alunos exigidos para montar turmas de EJA, facilitar o acesso a exames de vista e aos óculos e/ou cirurgias, quando necessário. Além dessas questões, temos que tencionar para o fortalecimento da oferta de EJA no campo. Uma das formas, é levar as propostas dos encontros de educandos. Precisamos fazer um fórum antecipado com os educando que estarão participando para conhecer os desafios na ótica deles. E onde e quando podemos garantir esta discussão com os educandos? Nas próprias turmas?